

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

ATA NÚMERO QUARENTA E DOIS DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, DO DIA TRINTA E UM DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS.-----

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e dezasseis, na Sala de Sessões da Sede do Município, compareceram o Senhor Álvaro dos Santos Beijinha, Presidente da Câmara Municipal, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Vice-Presidente, Norberto Valente Barradas, Paulo Jorge Candeias Parreira Gonçalves Gamito e Francisco Maria Carrajola de Sousa Vereadores, a fim de se efetuar a reunião ordinária da Câmara Municipal. -----

Verificou-se a ausência da Senhora Vereadora Daniela Martins e do Senhor Vereador Albano Pereira, em férias.-----

Como se achavam em número legal para se constituírem em reunião de Câmara, foi a mesma declarada aberta, pelo Senhor Presidente Álvaro Beijinha, às onze horas. -----

Seguidamente, o Senhor Presidente colocou para discussão e aprovação a ata número quarenta e um de reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA-----

Foi deliberado, por unanimidade, considerar justificadas as ausências da Senhora Vereadora Daniela Martins e do Senhor Vereador Albano Pereira.-----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----

ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

CONCLUSÃO DAS OBRAS NA A26-1/ER 261-5 – SANTO ANDRÉ – SINES -----

O Senhor Presidente referiu que na reunião com o Senhor Presidente das Infraestruturas de Portugal, a qual teve lugar no dia catorze do mês em curso, o mesmo informara que estavam em curso as negociações com a Concessionária e que as obras seriam reiniciadas, pela mesma, logo que houvesse acordo, não tendo indicado uma data para o efeito. Acrescentou que no dia vinte e um do mês em curso, numa reunião na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA) com autarcas e governantes, sobre Fundos Comunitários, a qual contou também com a presença do Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, após terminar a reunião foi informado pelo Presidente da Câmara Municipal de Sines de que, na tarde daquele dia, o Senhor Ministro Pedro Marques iria a Sines, ficando a saber, posteriormente, que aquele governante ia assinar o Acordo com a Concessionária, para conclusão daquelas obras. ----- Mais referiu que estranhou o facto de não lhe ter sido comunicado a realização daquele ato e considerou que fazia todo o sentido que o mesmo tivesse tido lugar em Santo André, tendo em conta que a maioria dos utentes daquela via reside naquela Freguesia, suportando aquela situação durante sete anos, considerando que se tratava de uma desconsideração do Senhor Ministro por aquela população. -----

Informou também que o Presidente da Câmara Municipal de Sines lhe comunicou que havia um compromisso do Senhor Ministro, de que as obras seriam retomadas na semana seguinte à assinatura do Acordo e seriam concluídas até ao final do mês de janeiro do próximo ano. Acrescentou que na Concentração que teve lugar no dia vinte e sete do mês em curso, em frente ao Ministério do Planeamento e Infraestruturas, para reivindicar a conclusão das obras naquela via e no IC1, convocada pelas Comissões de Utentes dos Serviços Públicos do Litoral Alentejano, na qual esteve presente, bem como outros autarcas da região, a

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

Comissão foi recebida pelo Chefe de Gabinete do Senhor Secretário de Estado, o qual transmitiu que existia um equívoco relativamente à data do início das obras, as quais só começariam em janeiro de dois mil e dezassete. Mais informou que, perante a situação de informações contraditórias sobre o assunto, dirigiu um e-mail ao Gabinete do Senhor Ministro, Pedro Marques, solicitando esclarecimentos sobre a data do início e da conclusão daquelas obras. Acrescentou que aguardava resposta ao mesmo e que esperava que fossem confirmadas as datas que foram anunciadas por aquele governante. -----

O Senhor Vereador Paulo Gamito referiu que a situação descrita pelo Senhor Presidente demonstrava um total desrespeito, por parte daquele governante, pelas autarquias, pela população e pelas comissões de utentes que lutaram insistentemente para resolver aquela situação, acrescentando que se tratava de política partidária pura e dura, o que era uma característica do Partido Socialista quando está no governo. -----

CIDADE DE SANTIAGO DO CACÉM – ENCONTRO NACIONAL DE ESCUTEIROS – IMPREVISTOS NA SUA CONCRETIZAÇÃO -----

O Senhor Vereador Paulo Gamito referiu que era com desagrado que assistia à suspensão duma iniciativa dos Escuteiros, para a qual se previa a vinda de cerca de seiscentas pessoas, considerando que a Câmara Municipal não se saía bem no processo que originou aquela situação.-----

O Senhor Presidente começou por referir que ficou surpreendido com a decisão do cancelamento daquela iniciativa pelos Escuteiros, esclarecendo que a organização tinha solicitado o pavilhão de exposições, no início do ano em curso, e que os serviços tinham já assumido um compromisso com a Associação de Ornitologia, no sentido da cedência daquele pavilhão, embora sem data definida, sendo que os serviços não responderam negativamente ao pedido dos Escuteiros, porque consideraram que as iniciativas seriam conciliáveis, o que não se verificou, considerando que os mesmos deviam ter alertado os Escuteiros, com mais antecedência, para a eventualidade de não ser possível compatibilizar as duas iniciativas, o que só fizeram dois meses antes da data prevista para a mesma.-----

Mais esclareceu que os Escuteiros precisavam do terrado, o qual estava disponível, e de um espaço coberto para dormir que podia ser o Pavilhão de Desportos, e ainda um espaço para as refeições, para as quais podiam usar os dois espaços cobertos existentes no terrado, bem como os refeitórios das escolas, sitas junto ao mesmo, pelo que, aparentemente, havia soluções. -----

Acrescentou que, na segunda-feira da semana em curso, foi contactado pelo responsáveis dos Escuteiros, os quais lhe colocaram a situação, sobretudo as dificuldades para a confeção das refeições, pelo que lhes sugeriu que solicitassem os refeitórios das escolas, e mostrado a sua disponibilidade para intervir no caso de serem levantados alguns problemas para a cedência do mesmo. -----

Mais informou que não voltou a ser contactado sobre o assunto, tendo, posteriormente, recebido uma carta dos Escuteiros a informar que iam cancelar o evento. De imediato contactou, com o Senhor Nuno Bráz, o qual o informou que não tinham tido condições para avançar com a iniciativa devido à alteração do formato da organização da mesma, o que obrigava a mudanças na logística, havendo o receio de que alguma coisa não corresse bem. Acrescentou que, tendo em conta o teor da carta que lhe foi endereçada, transmitiu àquele responsável dos Escuteiros que esperava que não se tentasse um aproveitamento político/partidário da situação e que as pessoas fossem devidamente esclarecidas sobre o que se passou. Informou ainda que outro responsável pela iniciativa, o Senhor João Paulo, referiu que esta questão não se colocava, não existindo política nos Escuteiros, sendo que o que os unia era o facto de serem todos cristãos, e que reconhecia a disponibilidade que a Câmara Municipal sempre tem tido no apoio às iniciativas dos mesmos, tendo acrescentado que a decisão de suspender o evento se prendia com questões logísticas, havendo algum

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

receio de avançar com a mesma por parte da organização e que a iniciativa será retomada no próximo ano. -----

Concluiu, referindo que lamentava que não tenha sido possível concretizar aquela iniciativa. O Senhor Vereador Paulo Gamito referiu que não tinha cabimento que fossem levantadas questões de ordem política sobre este assunto, acrescentando que o que lhe tinha sido transmitido não tinha a ver com questões de ordem política. -----

Acrescentou que tinha retido o que foi dito pelo Senhor Presidente sobre este assunto e informou que os Escuteiros lhe transmitiram que não estavam reunidas as condições para a realização do evento, devido, em parte, ao facto da informação da Câmara Municipal ter sido tardia. -----

Mais referiu que compreendia a posição da Câmara Municipal, mas também compreendia a dificuldade da organização em redimensionar o evento, considerando que existia uma questão de princípio que tinha a ver com a falta de resposta a três comunicações que os Escuteiros remeteram à Câmara Municipal. -----

O Senhor Presidente referiu que a falta se deveu sobretudo ao facto dos serviços terem partido do princípio de que era compatível a realização das duas iniciativas, considerando que podiam ter alertado mais cedo, não sabendo se não o fizeram informalmente. -----

-----ORDEM DO DIA:-----

Foi tomado conhecimento de que as disponibilidades de Tesouraria no dia vinte e oito de outubro do corrente ano, eram as seguintes:-----

OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS: 1.535.806,40€ (um milhão quinhentos e trinta e cinco mil oitocentos e seis euros e quarenta cêntimos).-----

OPERAÇÕES DE TESOURARIA: 239.954,10€ (duzentos e trinta e nove mil novecentos e cinquenta e quatro euros e dez cêntimos).-----

-----OUTRAS DELIBERAÇÕES:-----

ENTIDADE: PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS – GRUPO PARLAMENTAR-
ASSUNTO: Aprovação na Generalidade do Projeto de Lei nº 310/XIII/2ª, que procede a alteração ao Regime de Arrendamento Urbano-----

LOCALIZAÇÃO: Lisboa-----

REFERÊNCIA: Processo do Gabinete de Apoio à Presidência-----

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha.-----

TOMAR CONHECIMENTO da aprovação na generalidade do projeto de Lei nº 310/III, na reunião plenária realizada no dia 21 de outubro de 2016 na Assembleia da República, sendo agora discutido na especialidade pela Comissão Parlamentar competente.-----

ENTIDADE: ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTO ANDRÉ-----

ASSUNTO: Petição “Pela conclusão das Obras no troço da A26-1/ER 261-5, que liga Vila Nova de Santo André a Sines-----

LOCALIZAÇÃO: Vila Nova de Santo André a Sines-----

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha.-----

TOMAR CONHECIMENTO: da petição enviada pela Assembleia de Freguesia de Santo André, com 1817 assinaturas, de residentes na Freguesia e do Município, que reclamam a conclusão das obras no troço da Estrada A26-1/ER 261-5.-----

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM-----

ASSUNTO: Grandes Opções do Plano e Orçamento/Dois Mil e Dezassete.-----

LOCALIZAÇÃO: Santiago do Cacém-----

REFERÊNCIA: Processo número zero e seis da Divisão de Administração Geral e Financeira.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha. -----

PROPOSTA: Um – Aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento Dois Mil e Dezassete, documentos previsionais definidos no ponto 2.3. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, publicado em anexo ao Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número cento e setenta e um, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelos Membros do Executivo. -----

Dois – Submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

FUNDAMENTOS: - Conforme o disposto na alínea c) do nº. 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar. -----

FORMA: Por maioria, com três votos a favor, do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Margarida Santos e Norberto Barradas, eleitos da CDU. -----

Uma abstenção do Senhor Vereador Francisco de Sousa, eleito do PS -----

Um voto contra do Senhor Vereador Paulo Gamito, eleito do PSD. -----

OBSERVAÇÕES: No âmbito da apresentação das Grandes Opções do Plano e Orçamento (GOPs), o Senhor Presidente referiu que este era um Plano e Orçamento marcado pela continuidade do projeto da Força Política (CDU) que tem governado a Câmara Municipal, sufragada pela população do Município. Acrescentou que nem todas as ações previstas no programa do atual mandato serão concretizadas e que outras que não estavam previstas no programa foram executadas, o que resultava da dinâmica da sua aplicação, e das respostas que a realidade impunha. -----

Mais referiu que a Lei das Finanças Locais não ia, mais uma vez, ser cumprida, apesar do aumento das transferências do OE relativamente a anos anteriores. Acrescentou que persiste a falta de equidade na distribuição do valor arrecadado dos impostos a nível nacional entre a Administração Central e a Administração Local. -----

Referiu ainda que estão previstos nas GOPs um conjunto de projetos comparticipados com verbas do Quadro Comunitário de Apoio (QCA), os quais a Câmara Municipal pretende executar atempadamente, de forma a arrecadar a receita correspondente às respetivas candidaturas. -----

Concluiu, referindo que se tratava de um Orçamento realista, o qual a Câmara Municipal pretende executar, acreditando que o mesmo será concretizado, e que, apesar do ano difícil, de eleições autárquicas, continuarão a trabalhar como até aqui, apostando sobretudo no reforço das questões sociais, conforme o explicitado nos documentos. -----

Interveio o Senhor Vereador Francisco de Sousa, eleito do PS, referindo que, tendo em conta a dimensão do documento, não teve ainda tempo suficiente para uma análise profunda do mesmo, aguardando a sua discussão na Assembleia Municipal. -----

Interveio o Senhor Vereador Paulo Gamito, eleito do PSD, começando por referir um facto que considerava curioso, constante no Relatório do Orçamento de Estado para dois mil e dezassete, em que os valores previstos do consumo público e privado decrescem de zero vírgula seis, para menos um vírgula dois, e de dois para um vírgula cinco, respetivamente, e o PIB cresce de um vírgula dois para um vírgula cinco, considerando estes dados pouco realistas. Acrescentou que o mesmo documento também prevê o crescimento do investimento privado e público, quando os valores atuais indicam uma redução de onze por cento no investimento público, considerando também que não era verdadeiro o valor que o Governo tem vindo a indicar para o ano de dois mil e dezasseis, de zero vírgula sete, e que o mesmo prevê atingir três vírgula um, em dois mil e dezassete. -----

Questionou sobre a reduzida verba, de dois mil euros, prevista para a sensibilização para o ambiente, tendo em conta os problemas ambientais que existem junto ao Município, admitindo que noutras rubricas estejam previstas verbas para a mesma finalidade. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

Acrescentou que também no referente à atividade económica a verba maior, de duzentos e sete mil euros, era para a realização da Santiago. -----

Questionou ainda sobre o valor previsto para aquisição de bens de capital e a referência que é feita no documento sobre o valor nominal do crescimento daquele valor, de cinco vírgula nove milhões de euros, relativamente a dois mil e dezasseis. Mais questionou se este aumento resultava de verbas dos Fundos Comunitários e se iam ser efetuados empréstimos novos. -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Diretor Financeiro, Dr. José Pereira, para esclarecer as questões de ordem técnica que foram colocadas, tendo o mesmo começado por informar que o aumento global do Orçamento resultava de despesas de investimento, de um conjunto de obras em curso, e que o maior volume das mesmas incidia no exercício do próximo ano devido ao atraso do Portugal 2020. -----

Mais esclareceu que a receita de capital tinha em conta, nomeadamente o aumento do montante das verbas previstas receber de Fundos comunitários, as transferências do Orçamento de Estado e Passivos Financeiros. -----

Informou ainda que a estimativa do valor das amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo era ligeiramente superior ao do ano em curso. -----

Mais informou que no documento só podiam ser inscritas verbas relativas a empréstimos já contratados. -----

O Senhor Presidente informou que para o ambiente estavam previstas outras ações, nomeadamente nas escolas e através da Ambilital. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: O Senhor Vereador Paulo Gamito, eleito do PSD, declarou que votava contra o orçamento, tendo em conta que o mesmo resultava da opção política do partido que foi mais votado, com toda a legitimidade, dado que a democracia assim o determina. -----

Acrescentou que o orçamento mantinha a linha traçada pelo partido com maior representação na Câmara Municipal, sendo manifestamente de sentido contrário ao que é defendido pelo partido que representa, contendo o documento uma opção de estratégia política que não acolhe as medidas preconizados pelo mesmo, assentando em obras públicas, cuja importância não questionava. Contudo, tendo em conta o momento que o país, a região e o Município vive, considerava que era importante o investimento que atraísse projetos que pudessem gerar emprego e investimento privado, em sintonia com as diversas forças políticas e a população em geral. Mais declarou que teria sido um exercício mais rico e diversificado se tivessem sido envolvidas outras forças políticas na conceção do documento. -----

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM-----

ASSUNTO: Mapa de Pessoal 2017-----

LOCALIZAÇÃO: Santiago do Cacém -----

REFERÊNCIA: Processo n.º 30/DGRH/2016-----

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha. -----

PROPOSTA: 1. Aprovar o mapa de pessoal para 2017, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número cento e setenta e dois, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelos Membros do Executivo. -----

2. Submeter à aprovação da Assembleia Municipal. -----

FUNDAMENTOS: De facto: Tendo em conta a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis, o mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho necessários para o desenvolvimento das atividades de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução e é aprovado pela Assembleia Municipal. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

De direito: De acordo com o disposto nos artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar. -----

FORMA: Por maioria, com quatro votos a favor, do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Margarida Santos e Norberto Barradas, eleitos da CDU e do Senhor Vereador Francisco de Sousa, eleito do PS-----

Uma abstenção do Senhor Vereador Paulo Gamito, eleito do PSD. -----

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM-----

ASSUNTO: Projeto de instalação do Museu de Arqueologia de Alvalade-----

LOCALIZAÇÃO: Alvalade-----

REFERÊNCIA: Processo número zero um, zero seis, zero, zero, seis de dois mil e dezasseis e informação número cento e quarenta e dois de dois mil e dezasseis da Divisão de Projeto e Obras. -----

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha. -----

PROPOSTA: Aprovar o projeto de execução das obras de adaptação da Igreja da Misericórdia de Alvalade para a instalação do Museu de Arqueologia.-----

FUNDAMENTOS: Adiar para a próxima reunião de Câmara, para reapreciação. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar. -----

FORMA: Por unanimidade.-----

ENTIDADE: FERNANDO MANUEL RIBEIRO GOMES DA CONCEIÇÃO -----

ASSUNTO: Pedido de redução da tarifa variável de Resíduos Urbanos e aplicação do consumo de água no 3º escalão na fatura nº 001/95724/2016 no valor de 723,41€ -----

LOCALIZAÇÃO: Namorados, Santo André-----

REFERÊNCIA: Processo número duzentos e dezasseis e informação número duzentos e vinte da Área Administrativa de Águas e Saneamento da Divisão de Administração Geral e Financeira.-----

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha. -----

PROPOSTA: Autorizar a redução de 79,61 € na tarifa variável de Resíduos Urbanos e a redução de 309,61€ na tarifa variável da Água (sem IVA), fatura nº 001/95724/2016. -----

FUNDAMENTOS: Deve ser atendido que os tarifários dos serviços de resíduos urbanos e águas residuais baseiam-se na indexação ao volume de água consumida, e que parte da água perdida não retorna à rede de saneamento nem reflete o volume de resíduos urbanos produzidos. -----

Deve ser atendido que o excesso de consumo decorrente de uma situação de rotura na rede predial, corresponde a um desperdício de água que não é utilizada na sua totalidade pelos utilizadores, pelo que se considera plausível o ajustamento da faturação, de forma a atenuar o impacto na fatura do consumo excecional e excessivo provocado por uma situação anómala. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar. -----

FORMA: Por unanimidade.-----

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM-----

ASSUNTO: Proposta de Protocolo de colaboração entre o Município de Santiago do Cacém e a Freguesia de Alvalade-----

LOCALIZAÇÃO: Alvalade-----

REFERÊNCIA: Informação número 35 do Museu Municipal – Divisão de Cultura e Desporto, de dezoito de outubro de dois mil e dezasseis. -----

APRESENTANTE: Senhor Vereador Norberto Barradas -----

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

PROPOSTA: Aprovar a Minuta de Protocolo de colaboração entre o Município de Santiago do Cacém e a Freguesia de Alvalade, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número cento e setenta e três, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário da Reunião, que suporta a apresentação, ao Alentejo 2020 no âmbito da prioridade de investimento: conservação, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural – ALT-14-2016-03, da candidatura para a instalação do Museu de Arqueologia de Alvalade.-----

FUNDAMENTOS: Nos termos da alínea t) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada pela Declaração de Retificação nº 44-C/2013, de 1 de novembro, e pela Declaração de Retificação nº 5-A/2013, de 11 de novembro.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovar. -----

FORMA: Por unanimidade.-----

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM-----

ASSUNTO: Transferência de verba – COFESMAR – Comissão de Festas de Santa Maria-----

LOCALIZAÇÃO: Ermidas Sado-----

REFERÊNCIA: Informação número 53/SAC/DCD/2016, com o processo nº 46/SAC/DCD/2016 do Serviço de Ação Cultural da Divisão de Cultural e Desporto. -----

APRESENTANTE: Senhor Vereador Norberto Barradas -----

PROPOSTA: Transferir uma verba no valor de 500,00€ (quinhentos euros) para a COFESMAR – Comissão de Festas de Santa Maria, como forma de apoio às atividades desenvolvidas e a desenvolver em 2016. -----

FUNDAMENTOS: **1.** A Comissão de Festas de Santa Maria é uma Associação sem fins lucrativos que desenvolve ao longo do ano diversas atividades dirigidas para a população onde está inserida;-----

2. A Comissão de Festas de Santa Maria reveste-se de uma dinâmica própria e assumiu este ano a realização de várias iniciativas e parcerias para dinamizar a vila de Ermidas Sado; ----

3. Ao abrigo da alínea u) do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovar. -----

FORMA: Por maioria, com quatro votos a favor, do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Margarida Santos e Norberto Barradas, eleitos da CDU e do Senhor Vereador Francisco de Sousa, eleito do PS-----

Uma abstenção do Senhor Vereador Paulo Gamito, eleito do PSD. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: O Senhor Vereador Paulo Gamito justificou o seu sentido de voto, referindo que continuava a não perceber qual era o critério para a atribuição de verbas a instituições sem ser de características desportivas, pelo que irá continuar a abster-se nestas propostas. -----

IMPrensa - Tomado conhecimento. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar, em minuta, cada uma das deliberações constantes desta ata nos termos e para os efeitos do artigo cinquenta e sete, números um a quatro do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi, pelo Senhor Presidente, declarada encerrada a reunião pelas doze horas e trinta e cinco minutos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

Desta Reunião se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente, Álvaro dos Santos Beijinha e por mim, José Pereira dos Reis Vilhena Gonçalves, Diretor do Departamento de Administração e Finanças, exercendo as funções de Secretário.-----

O Presidente da Câmara Municipal

O Secretário da Reunião
